

Povo de Deus em comunhão

Martin Volkmann

Palestra proferida no Concílio Distrital do Distrito Eclesiástico Erechim (RE III), realizado nos dias 12 a 14 de março de 1976 em Fraiburgo (SC)

Introdução

A presente análise procura vir ao encontro do tema geral do Plano de Ação da RE III em 1976. Ela não se restringe especificamente ao aspecto da Comunhão, mas considera inicialmente o povo de Deus em si e, à base disso, leva à reflexão sobre a comunhão no mesmo. Assim esta palestra se subdivide em quatro partes: I. Povo de propriedade exclusiva de Deus; II. Povo de Deus: uma santa Igreja cristã; III. Povo de Deus: mensageiros de Deus no mundo; IV. Povo de Deus: comunhão com Deus e com o próximo.

Estas considerações absolutamente não têm a pretensão de serem completas. Em alguns pontos talvez até sejam pouco profundas e unilaterais. Mas isso se justifica considerando o objetivo a que elas se propõem: motivar a sua reflexão sobre o tema em questão.

I. Povo de propriedade exclusiva de Deus

A expressão "Povo de Deus" provém do Antigo Testamento. Este livro narra especificamente a história do povo de Israel com o seu Deus. Trata-se, pois, de um povo, de uma nação à semelhança dos povos de hoje, como o Brasil ou a Argentina. Assim, no Antigo Testamento, Israel e povo de Deus são sinônimos. Mas Israel não recebe essa denominação por motivos políticos ou sociológicos. Fundamental para Israel ser o povo de Deus não são os fatores políticos e culturais, mas o aspecto religioso. Isso não quer dizer que aqueles aspectos não sejam importantes para Israel como povo de Deus. Mas o que importa em primeiro lugar são as experiências desse povo no campo da fé. Mais precisamente: Israel só se torna um povo do ponto de vista sociológico a partir das experiências no campo da fé. Entre Israel e seu Deus há uma relação toda especial, e isso faz com que ele receba a denominação "povo de Deus".

O conteúdo e a forma desse relacionamento nos são descritos em passagens como Ex 19,3-6; Dt 7,6-11; 32,8ss; Sl 135 e, em especial, em Dt 4. Nestas passagens vemos três aspectos que caracterizam essa relação: a) Israel é propriedade exclusiva de Deus. Nenhum outro deus tem direito sobre eles. “O Senhor teu Deus te escolheu para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a terra” (Dt 7,6). b) Esta propriedade exclusiva surge pela ação livre e espontânea de Deus. Ele escolheu Israel dentre todas as nações não por uma vantagem especial dessas pessoas, mas tão somente por causa de seu amor por eles. “Não vos teve o Senhor afeição nem vos escolheu, porque fôsseis mais numerosos do que qualquer povo, pois éreis o menor de todos os povos, mas porque o Senhor vos amava” (Dt 7,7-8). A prova disso são os acontecimentos históricos em que Israel sentiu a mão salvadora de Deus: ele os tirou do Egito e os conduziu através do deserto para a terra prometida. “Eu sou o Senhor teu Deus que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão” (Ex 20,2). Portanto, no início da história de Israel está o agir salvador de Deus. c) O relacionamento que assim se estabelece é um compromisso mútuo. Deus separou para si esse povo e quer permanecer seu Deus. Mas ele espera que também Israel se dedique ao seu Deus, amando-o e servindo só a ele. Onde não houver esse compromisso da parte de Israel, não precisará esperar que Deus se dedique a eles. “Saberás, pois, que o Senhor teu Deus é Deus, o Deus fiel, que guarda a aliança e a misericórdia até mil gerações aos que o amam e cumprem os seus mandamentos” (Dt 7,9).

Em resumo: Israel é um povo santo. Não porque se torna santo, observando uma série de leis culturais e morais. Mas ele é santo, porque Deus o santificou. E ele só permanece santo, povo de propriedade exclusiva de Deus, caso se portar de maneira condizente ao seu Deus. Os livros dos profetas nos mostram que tal não ocorreu. O povo santo sempre de novo se afastou de seu Deus, jogando fora a oferta da propriedade exclusiva. Mas para Deus Israel permanece o seu povo. E através dos profetas ele anuncia e promete uma nova relação de propriedade (Jr 31,31-34).

Para nós cristãos essa promessa se cumpriu em Jesus de Nazaré, que veio exatamente para buscar de volta o povo de Deus. “Ela dará à luz um filho e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles” (Mt 1. 21). Para o Novo Testamento esse povo de Deus não é mais idêntico com o Israel do Antigo Testamento. A partir de Jesus de Nazaré o povo de Deus são aquelas pessoas que confessam Jesus Cristo como seu Senhor, sejam elas provenientes de Israel ou de outros povos. O povo de Deus, a partir de agora, não é mais idêntico com uma nação ou um país, mas é a Igreja que se espalha por todas as nações e é constituída de pessoas provenientes de todos os povos e raças. “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2,9) — assim escreve o apóstolo aos cristãos es-

palhados pela Ásia Menor (1,1). Portanto, povo de Deus é uma entre muitas outras denominações para designar a Igreja de Jesus Cristo no mundo.

Assim como o “velho” povo, de Deus não surgiu automaticamente, mas foi criado e escolhido por Deus, da mesma forma se dá com o novo. O povo de Deus não se constitui pela reunião de pessoas com interesses comuns, assim como se reúne um grupo de bolão. Eles o fazem porque têm interesse em jogar bolão. Do povo de Deus se faz parte pela vocação de Deus. Deus mesmo nos chama para dentro de seu povo. Como? Através da pregação de sua Palavra, onde nós somos confrontados com a mensagem libertadora que nos oferece uma nova compreensão de vida. Por meio da Santa Ceia que nos leva para dentro do círculo de Jesus e nos dá comunhão com ele. Através do batismo em nome de Deus Pai, Filho e Espírito Santo que é, por assim dizer, o nosso “registro de nascimento” no povo de Deus.

“Que é a nossa Igreja? É o conviver de pessoas por ela batizadas ou admitidas, diferentes uma da outra, todas elas, no entanto, chamadas para viverem seu Batismo. Neste Batismo somos requisitados por Deus para sermos membros de Seu povo, pela obra salvadora de seu Filho” (Nossa fé — nossa vida, pág. 5). Aqui aparecem, entre outros aspectos que irão interessar-nos mais tarde, três pontos fundamentais: **Resquisitados por Deus**, quer dizer, a iniciativa parte de Deus; ele mesmo nos leva para dentro de seu povo. E com isso já mencionamos o segundo ponto: **membros de seu povo**. A iniciativa de Deus tem por objetivo tornar-nos sua propriedade. E ele o faz — como no antigo Israel ao tirá-los do Egito — com um ato histórico: **pela obra salvadora de Seu Filho**. Esse é o terceiro ponto. Portanto, por iniciativa de Deus, através da morte e ressurreição de Jesus Cristo, somos membros de seu povo, independente de raça, procedência, sexo e profissão (Gl 3,28s).

II. Povo de Deus: uma santa Igreja cristã

“Creio no Espírito Santo, numa santa Igreja cristã, a comunhão dos santos” — assim nós confessamos em cada culto. E no Guia de Vida Comunitária em Fé e Ação, **Nossa fé — nossa vida**, lemos: “Nossa tradição confessional não nos isola dos outros cristãos. Com ela participamos da ‘Ecumene’. Vinculados em fé e ação com todas as igrejas do mundo, que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador, procuramos viver a unidade da Igreja de Jesus Cristo: a universal, una, santa e apostólica” (pág. 6). Esse é um lado da moeda. Porém, nós estamos conscientes da outra realidade que nos cerca. Nós fazemos parte da IECLB. E em nossas localidades existem outras confissões ao lado da nossa: a Igreja Católica, Igreja Batista, Metodista, Presbiteriana, só para mencionar algumas. E todas elas são igrejas cristãs. Isso não contradiz a nossa confissão de fé? Essa realidade não é motivo de dúvidas para aquelas pessoas que não são cristãs?

A existência de diferentes igrejas é uma realidade. Para alguns essa divisão se deve à dureza das estruturas de cada confissão. Para outros ela se deve à arrogância e vaidade das pessoas. Sem dúvida, sempre houve e ainda há hoje motivos terrenos que causam a divisão das igrejas. Mas além desses fatores há dois outros motivos que levaram ao surgimento de diferentes formas de expressar a fé: a) Motivos teológicos. Por exemplo, a Reforma de Lutero se originou por divergências na compreensão de Evangelho. São, portanto, diferenças por causa da verdade do Evangelho. E por coerência e sinceridade a essa verdade evangélica grupos de pessoas se separaram de uma igreja constituída para congregar-se numa nova igreja, a fim de poder expressar a sua fé de forma coerente à verdade do Evangelho. b) O outro motivo é a multiformidade de nosso mundo. Jesus não quer que seus discípulos formem uma seita fechada e separada do mundo, mas ele os envia para o mundo nessa sua multiformidade de raças, povos e culturas. E com isso, automaticamente, se dá que a fé em Jesus Cristo se manifeste de diferentes formas. Isso nós podemos ver no próprio Novo Testamento onde Paulo defende um cristianismo livre da observância da lei judia contra os que pensavam que, para ser cristão, é necessário guardar também essa lei judia (veja At 15; Gl 2, 11-21).

Mesmo que haja todas essas divergências, a Igreja é “uma santa Igreja cristã”. Por que? Porque Jesus Cristo garante a unidade e santidade de sua Igreja. Isso a própria Escritura já testemunha em duas passagens fundamentais: Ef 4,1-6 e Jo 17,21. Através de todas as barreiras humanas sociais e culturais, e apesar de todas as divergências na maneira de expressar a sua fé, há uma base comum a todas essas igrejas: Jesus Cristo. Porque Igreja só existe ali onde Jesus Cristo é aceito e confessado como o Senhor. Essa é a base comum entre um católico-romano e um evangélico-luterano, entre um batista e um metodista. Exatamente essa base comum fez com que, no último século, se observasse mais aquilo que temos em comum ao invés daquilo que nos separa. E assim surgiu o movimento ecumênico que teve como resultado concreto o Conselho Mundial de Igrejas, aos qual também a nossa igreja pertence. Em fins do ano passado o CMI esteve reunido em Nairobi, Quênia, em sua V Assembléia sob o tema “Jesus Cristo liberta e une”. Poderia haver um tema mais sugestivo para expressar a unidade entre nós?

Assim já temos um primeiro aspecto desse tema “Povo de Deus em Comunhão”. Através da fé em Jesus Cristo nosso Senhor nós temos comunhão com todos os outros cristãos. No reconhecimento do senhorio de Jesus Cristo nós estamos unidos a todos aqueles que também confessam Jesus Cristo como seu Senhor, sejam eles católicos ou batistas, missuri ou metodistas, sejam eles brancos ou pretos, alemães ou brasileiros.

Mas assim como Jesus Cristo está presente na Igreja universal, da mesma forma essa Igreja de Jesus Cristo está presente na menor das comunidades deste Distrito Eclesiástico. “Porque onde

estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18,20). O povo de Deus é essa pequena comunidade lá nas barrancas do rio do Peixe e é toda a comunidade daqueles que confessam Jesus Cristo como seu Senhor. Exatamente por causa dessa unidade na fé é que nós nos congregamos em Comunidade, em Paróquia, em Distrito, em Região e em IECLB. Porque aquilo que é fundamental para mim, também o é para aquele lá no Oeste do Paraná e lá no Norte do Espírito Santo.

III. Povo de Deus: mensageiros de Deus no mundo

“Como Igreja Cristã somos chamados a realizar a obra de Cristo no mundo, no ambiente em que vivemos” (Nossa fé — nossa vida, pág. 5). E mais adiante (pág. 7) diz: “A nossa Igreja é instrumento de Deus: Através dela Deus nos faz proclamar e viver a Boa Nova da salvação testemunhada nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento. Através dela Deus nos faz viver o amor, na preocupação pelo bem-estar e a salvação do próximo. Através dela Deus nos faz viver em comunhão, como membros de seu povo.” Esta última frase toca no cerne de nosso tema, e nós poderíamos concentrar-nos apenas nela. Porém, essas três partes formam um conjunto onde um ponto explica e complementa o outro. Por isso vejamos inicialmente os dois primeiros para, mais tarde, no próximo capítulo, voltar ao terceiro item, do qual em si já falamos no final da parte anterior.

Portanto, a função do povo de Deus é testemunhar a Boa Nova da salvação em Cristo, que é o novo homem, o segundo Adão (Rm 5,12ss; 2 Co 15,20-22). Em outras palavras, ela deve conclamar, em nome de Cristo e no poder do Espírito Santo, as pessoas à fé e assim a participarem do Reino de Deus. A sua mensagem destina-se, pois, a toda a humanidade. Deus quer formar o seu povo dentre todos os povos e nações, independente de raça, cultura, civilização e desenvolvimento. Com isso a Igreja estará sendo fiel à ordem de Jesus em Mt 28,18-20: “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século.” Paulo diz, em 2 Co 5,18-21, que somos embaixadores de Cristo que conclamam as pessoas a se reconciliarem com Deus. Destarte o povo de Deus basicamente só tem uma função: ser testemunha de Jesus Cristo no mundo em que ele vive. Tudo o que a Igreja faz em culto, educação, assistência e organização deve estar a serviço dessa tarefa. O atual empenho da IECLB no Catecumenato Permanente é um bom exemplo disso. Porque ele visa “a maturidade do cristão, isto é, a sua libertação integral em Cristo, para a vivência do Evangelho em comunhão e conseqüente ação responsável no mundo.” Em miúdos isso significa: favorecer com que o cristão seja cristão de fato. De que forma? Sendo cristão em palavra e ação; “proclamar e viver a Boa Nova da salva-

ção". Quer dizer, o povo de Deus tem a tarefa de anunciar e vivenciar a libertação que Cristo traz. Essa libertação não se refere à esfera espiritual somente, mas engloba toda a pessoa, também a esfera social, econômica, jurídica e política. E nós somos perguntados: Onde isso de fato ocorre? Em nosso ambiente nós sentimos algo dessa libertação que o Cristo oferece e que quer ser o combustível de nosso motor da vida nas lides de cada dia? Não ocorre exatamente o contrário: em nosso meio cristão governam a exploração, o medo, a injustiça, a falta de amor?! Cada um de nós é perguntado: Cristo realmente determina a minha vida? E nós, como um todo, como povo de Deus, somos perguntados: Nós testemunhamos ao mundo a libertação de Cristo? Nós botamos o dedo nas feridas do mundo? Nós dizemos para os homens que o seu egoísmo, a sua sociedade de consumo, a sua estrutura injusta são contra a vontade de Deus? Nós conclamamos o mundo ao arrependimento e à volta a Deus?

Com estas perguntas nós já passamos a responder a pergunta: A quem cabe desempenhar essa tarefa? Ao povo de Deus como um todo. Dissemos que todo aquele que confessa Jesus Cristo como seu Salvador faz parte do povo de Deus. Assim, todo aquele que reconhece Jesus Cristo como seu Senhor tem a tarefa de testemunhar esse Senhor.

Em nossa Igreja nós estamos acostumados que tudo é feito pelos pastores e talvez por alguns colaboradores. E estes muitas vezes não deixam de ser braços estendidos do pastor ou 'pequenos pastores'. Por isso não está totalmente errado o apelido de sermos uma 'igreja de pastores'. O pastor dá o culto, prega, batiza, faz os casamentos e os enterros. E nisso se resume toda a vida cristã. Mas voltamos a acentuar: todos que crêem em Jesus Cristo são o povo de Deus, e como tais são mensageiros de Cristo. A cada um de nós, seja ele agricultor ou comerciante, professor ou estudante, sabe testemunhar a Boa Nova da salvação. Não só o pastor tem o Espírito Santo, mas pelo fato de pertencermos ao povo de Deus, todos nós recebemos o Espírito Santo e somos desafiados a ser profeta do Reino de Deus.

A partir e por causa desse encargo global do povo de Deus há na Igreja encargos especiais. O ministério do pastor, do presbítero, do diácono ou diaconisa não existem por causa da comunidade, mas por causa do encargo que Cristo dá a toda a comunidade. Portanto, estes ministérios não têm sua razão de ser em si mesmos, mas são encargos de Cristo. E como tais eles agem na liberdade e na autoridade que Cristo lhes confere. Por isso eles não são expressão dos desejos e interesses da comunidade, mas eles estão a serviço do Reino de Deus.

Que ministérios deve haver? Isso não está estabelecido de princípio. Porém, deve haver esses encargos que são indispensáveis para o desempenho do ministério global do povo de Deus. A partir desse ministério global poder-se-ia dizer que são essenciais para a comunidade quatro encargos, todos eles com o mesmo valor:

a) o encargo da pregação; b) o encargo de batizar e de celebrar a Ceia do Senhor; c) o encargo da direção da Comunidade; d) o encargo da diaconia (serviço). A organização e distribuição dos mesmos deve ser variável; portanto, funcional. Básico é que esteja baseada no encargo global da comunidade e que vise o Reino de Deus.

IV. Povo de Deus: comunhão com Deus e com o próximo

Nossa fé — nossa vida, ao falar da Ceia do Senhor, diz (pág. 32): “Ela nos oferece, pelo perdão, uma nova relação com Deus, um novo começo com os irmãos.” E mais adiante é descrito mais concretamente como se entende essa relação: “Ao recebermos a palavra do perdão junto com pão e vinho — hóstia e cálice —, experimentamos na fé a libertação de nossa culpa. Assim é renovada a nossa comunhão com Deus e a nossa comunhão com os irmãos” (pág. 34). Aqui já nos é dada a resposta à nossa questão: A Ceia do Senhor nos oferece comunhão com Deus. De que forma? E como se deve entender isso — comunhão com Deus?

A Ceia do Senhor nos dá comunhão com Deus no sentido de que ela nos dá participação na obra salvadora de Jesus Cristo. Na Santa Ceia, nós participamos da morte e ressurreição de Cristo. Ela nos dá visivelmente aquilo que também nos dão a pregação da Palavra e o batismo: perdão dos pecados, acesso livre a Deus. O caminho entre Deus e nós está aberto, porque Deus mesmo o abriu. A nós basta aceitar em confiança o seu convite.

Mesmo tendo-me referido mais à Ceia do Senhor para caracterizar a comunhão com Deus, ela não acontece só ali, mas ela ocorre da mesma forma no culto, no batismo, na oração. Essa comunhão com Deus, portanto, não deve ser entendida no sentido de uma ligação mística e misteriosa com Deus. Ela não é uma ligação a Deus desligada do mundo. Pelo contrário, nós permanecemos no mundo; só que com uma nova compreensão e visão das coisas. E exatamente por permanecermos no mundo é que o participar na salvação de Cristo não é só comunhão com Deus. Simultaneamente ela é comunhão com o próximo. Que é isso? Basicamente pode-se dizer que comunhão com Deus proporciona uma nova compreensão da vida. Desta forma, comunhão com o próximo é expressão de um novo modo de vida. Este novo modo de vida recebe suas forças da comunhão com Deus.

Como se concretiza isso? Antes de mais nada deve ser dito que essa nova maneira de ser e viver não se restringe à vida de comunidade como normalmente se entende comunidade, isto é, participação em culto, em reuniões de OASE, JE, e estudos bíblicos, etc. Sem dúvida, a vida comunitária nesse sentido também está englobada nisso. E nós temos que nos perguntar se em nossos cultos, nos grupos de JE e OASE realmente há comunhão entre as pessoas. Na semana de reflexão do Conselho Diretor da IECLB

em Panambi no início deste mês chegou-se à conclusão de que “sentimos dolorosamente uma série de deficiências e omissões”. E entre outras é mencionada a “fraca vivência comunitária”. Em outras palavras: em nossas comunidades há pouca comunhão.

Mas comunhão com o próximo não se restringe à comunidade eclesial. Essa nova maneira de viver diz respeito a toda a nossa vida, também fora da comunidade. Sempre somos povo de Deus. Isso é exatamente aquilo que está expresso no termo Catecumenato ou Discipulado Permanente. Pois ali diz que ele visa a maturidade do cristão. E esta é definida como sendo a libertação integral em Cristo, a vivência do Evangelho em comunhão e a conseqüente ação responsável no mundo.

E aí surge a pergunta: Como nós, sendo povo de Deus, podemos viver em comunhão? Vejamos algumas indicações que não querem ser uma resposta, mas antes impulsos para a reflexão posterior.

1. As nossas comunidades, não raro, são um aglomerado de pessoas das mais diferentes idades e, em muitos lugares, dos mais diferentes níveis. Essas pessoas às vezes não se conhecem, mas estão sentadas no mesmo banco de igreja ou vão juntas para a Ceia do Senhor. Haverá comunhão entre elas? Além disso elas assistem passivamente ao “programa” do culto ou da reunião da JE. É indispensável que haja uma renovação de baixo; urge que o membro do povo de Deus se conscientize de que ele faz parte desse povo e como tal recebeu o Espírito de Deus.

2. Uma possibilidade seria a comunidade de base, isto é, pequenos grupos que se reúnem a partir de uma base comum — a fé em Jesus Cristo — e que procuram meios de vivenciar essa fé no dia-a-dia. A comunidade de base teria uma série de vantagens, dentre as quais cito algumas: a) todos se conhecem; b) interesses comuns; c) eliminação da divisão em leigos e clero — todos são responsáveis; d) autonomia na programação e execução de atividades da vida espiritual e comunitária.

3. Na área rural há o cooperativismo. Nós sabemos que o individualismo não soluciona os nossos problemas. Nós necessitamos um do outro. Principalmente entre pequenos agricultores o cooperativismo seria a solução de muitos de seus problemas. Povo de Deus, dotado do Espírito Santo, não poderia ser um fermento dentro dessa atividade? A mesma pergunta vale para o sindicalismo na área urbana.

4. Na nossa sociedade atual há as mais diversas formas de marginalizações: os velhos, as pessoas com defeitos físicos e mentais, os viciados, os desempregados. O povo de Deus não poderia, ou melhor, não deveria ser um lugar onde essas pessoas pudessem sentir-se entre amigos e irmãos?

Bastam esses exemplos. Eles não esgotam o assunto, mas eles nos desafiam à reflexão. Como podemos ser povo de Deus em comunhão?